

As desigualdades dos cursos profissionais e a criação dos CTE

Sandra Lemos Machado

Começo com uma reivindicação recorrente – o serviço distribuído e o cumprimento da carga horária semanal.

1. No ensino profissional, o tempo de serviço, não raras vezes, reflete o trabalho real dos docentes. Muitas vezes a carga horária semanal não permite, logo no início do ano letivo, o cumprimento da carga horária anual. Para além das aulas, há FCT (que decorre fora dos períodos letivos, a orientação das Provas de Aptidão Profissional (PAP).
2. Tarefas administrativas e documentação consomem tempo e energia, afastando-nos do que realmente importa – o acompanhamento dos alunos. Cargos como Direção de Curso continuam a ser, em muitos casos, trabalho voluntário, à custa do capital pessoal de cada docente. Muito motivados pela múltipla tutela e pelos compromissos associados ao financiamento europeu.
3. O que mais me preocupa atualmente é a criação dos Centros Tecnológicos Especializados (CTE), financiada pelo PRR, que visam modernizar infraestruturas, os recursos tecnológicos e trazer às escolas o Estado da Arte, particularmente em áreas sujeitas a grande volatilidade tecnológica. Mas nem todas as escolas têm CTE. Há muitas escolas, com grande investimento no ensino profissional que não tiveram condições para a obtenção de um CTE. Houve áreas geográficas com atribuição através de concursos extraordinários. Há aqui uma injustiça. [A minha escola, com 140 anos de tradição, ficou de fora. Isto vai trazer, ou já está a trazer, novas pressões e desigualdades na gestão da rede escolar. E, necessariamente, se aumentar a atratividade para as escolas equipadas com CTE, parece-me que terá de diminuir a atratividade das restantes.
4. Os CTE criam também um desafio novo às escolas e aos docentes ligados à componente técnica específica dos Cursos Profissionais. Os CTE são equipados com o Estado da Arte a nível tecnológico. A sua utilização em contexto de sala de aula terá de ser acompanhada de formação específica, eu diria mesmo, muito específica. E arrisco a adivinhar que serão feitas, como o foram há 20 anos, à custa de trabalho autónomo, investimento pessoal e muitas vezes, investimento financeiro dos próprios docentes.
5. Não podemos deixar que a modernização se faça à custa da coesão territorial nem do agravamento das desigualdades entre escolas e professores.

Quais são então as nossas lutas?

- Garantir que a modernização do ensino profissional seja feita com critérios de equidade, garantindo que todas as escolas, com ou sem CTE, tenham acesso a recursos, formação e oportunidades.
- Que se valorize o trabalho dos docentes do ensino profissional, reconhecendo as especificidades do seu serviço e compensando de forma justa o esforço exigido, adequando o serviço docente à carga horária anual e compensando devidamente o acompanhamento da FCT e da PAP
- Que se promova uma verdadeira coesão territorial, para que nenhum aluno ou professor fique para trás, independentemente do local onde trabalha ou estuda.

- Que se reduza e simplifique a burocracia, focando no que é realmente essencial para o sucesso dos alunos e a dignidade do trabalho docente. A César o que é de César! Aos professores o que é dos professores.